



PREGÃO ELETRÔNICO

90097/2025

CONTRATANTE (UASG)

(158125)

OBJETO

Eventual Equipamentos diversos, para atender a necessidade do IFC -Campi Concórdia e Abelardo Luz.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 585.361,95 (quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/11/1025 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
10. DO TERMO DE CONTRATO.....	19
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	20
13. DOS RECURSOS.....	21
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	22
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	24
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	25



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

EDITAL

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS CONCÓRDIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900972025 (Processo Administrativo nº 23351.006747/2025-53)

Torna-se público que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Concórdia, por meio da Coordenação de Compras e Licitações, sediado na Rodovia SC 283, km 17, Município de Concórdia, SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Eventual Equipamentos diversos, para atender as necessidades do IFC - Campi Concórdia e Abelardo Luz, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2.1 Havendo divergências entre a descrição dos itens constantes deste edital e a descrição do objeto constante no site www.compras.gov.br, “SIASG” ou Nota de Empenho, prevalecerá a descrição deste Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para o presente Pregão, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **exceto para os itens 7, 29 e 44** que serão de ampla concorrência.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3 sociedades cooperativas;
- 3.9.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

3.9.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11 pessoas jurídicas reunidas em consórcio, vez que a licitação em tela não envolve fornecimento de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica;

3.9.12 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.5 e 3.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

5.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 marca;

6.1.3 fabricante;

6.1.4 Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo publicado no Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

- 6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (Um por cento).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 empresas brasileiras;

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

- 8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.10.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 8.10.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 8.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

8.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **DUAS** horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, por e-mail, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- 11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

- 12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação

13.11. por meio do endereço eletrônico: compras.concordia@ifc.edu.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

imediate perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo e-mail compras.concordia@ifc.edu.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ifc.edu.br/licitacoes-e-contratos>.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 16.11.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
 - 16.11.3 Anexo III - Modelo de Proposta.

Concórdia, SC, 28 de Outubro de 2025.

ALESSANDRA CARINE PORTOLAN
Diretora Geral - IFC – Campus Concórdia

ELODIR LOURENÇO DE SOUZA
Diretor Geral – Ifc – Campus Abelardo Luz

INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE

Termo de Referência 256/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG

256/2025

158125-INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE

Status

CONCLUIDO

Editado por

SOLANGE TEREZINHA FARINA

Atualizado em

28/10/2025 10:02 (v 0.6)

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes

Número da Contratação

Processo Administrativo

23351.006747/2025-53

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Eventual Aquisição de Equipamentos para uso diversos, para atender as necessidades do IFC Campi Concórdia e Abelardo Luz , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

CATMAT	ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	QUANT. CONCÓRDIA	QUANT. ABELARDO LUZ	VALOR UN. (MÁX. ACEITÁVEL)
413585	1	UNIDADE	Nobreak: Tensão de Entrada: 220V ou bivolt; Tensão de Saída: 220V ou bivolt; Conexões de Saída: ao menos 10 tomadas NBR 14136; Garantia de ao menos 1 ano; Filtro de linha; Potência de 3KVA ou superior		1	R\$ 6.139,99
			Console de videogame de última geração, com arquitetura baseada em hardware personalizado de alto desempenho. Modelo: Versão Slim; Mídia: Exclusivamente digital, sem leitor de mídia física (sem unidade de disco); Armazenamento: Unidade de estado sólido (SSD) com capacidade mínima de 1 Terabyte (1TB) Resolução Suportada: Suporte a resoluções de até 4K, com possibilidade de taxa de atualização variável (VRR) e suporte a tecnologia HDR (High Dynamic Range); Processador: CPU de arquitetura x86-64 baseada em tecnologia de 8 núcleos; Placa Gráfica: GPU integrada de alto desempenho, com suporte a ray tracing			

473741	2	UNIDADE	(traçado de raios) em tempo real; Memória RAM: Mínimo de 16 GB GDDR6, compartilhada entre CPU e GPU. Conectividade: Wi-Fi de banda dupla (compatível com padrão 802.11ac ou superior), Bluetooth, Porta Ethernet (LAN RJ-45); Portas: USB tipo A e tipo C (mínimo de 2 portas disponíveis); Áudio: Saída de áudio 3D compatível com headsets e sistemas de som, oferecendo imersão sonora em jogos; Sistema Operacional: Próprio da plataforma, com interface otimizada para jogos, loja digital integrada e suporte a atualizações online. Compatível com feedback tátil (vibração aprimorada) e gatilhos adaptáveis; Bateria: interna recarregável via cabo USB; Alimentação: Bivolt automático (110V–240V), com cabo de alimentação incluso. Itens Inclusos: Console de videogame edição digital com SSD 1TB; 1 controle sem fio; Cabos necessários para funcionamento (alimentação e HDMI); Manual do usuário em português; Códigos ou acesso para download de 2 jogos digitais. Observações Adicionais: O equipamento deve ser novo, original de fábrica, sem uso anterior e estar lacrado em sua embalagem original; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, fornecida pelo fabricante ou distribuidor autorizado; Assistência técnica autorizada no território nacional;		1	R\$ 3.999,00
366163	3	UNIDADE	Caixa De Som Bluetooth Bivolt Preto Padrão de Cobertura Acústica (Nominal) 100° x 60° Resposta de Frequência Hz (± 3 dB) 59 - 16,500 SPL Máximo (Pico dB) 129 Potência de Saída (W RMS) 350		1	R\$ 4.599,00
611972	4	UNIDADE	Buffet Refrigerado 6 Cubas Alimentação: 220 V (monofásico) - Corrente: 1,39 A - Grau de proteção: IPX1 - Sistema de refrigeração: gás R134a (carga de 0,160 kg) - Capacidade: 6 cubas GN 1/2 em inox (padrão gastronorm, com opção de 1/1) - Tampas das cubas: em aço inox - Cobertura: vidro curvo inteiro 4 mm - Estrutura: corpo em aço inox 430 - Pés: cromados, sem solda na base - Rodízios: com trava Medidas Aproximadas: - Altura: 135,5 cm		1	R\$ 4.094,35

			- Largura: 60,9 cm - Profundidade: 108 cm - Peso: 53,73 kg			
620146	5	UNIDADE	Armário Organizador para Celulares com nichos Estrutura 100% em Aço Galvanizado- Pintura e tripla proteção contra oxidação para maior durabilidade. - Portas com visor em acrílico para facilitar a visualização dos aparelhos - Nichos em EVA - Dimensão Aproximada do armário (cm): 40L x 39A x 18P - Fechadura com chaves, acompanha 2 chaves - Fixação na parede com buchas e parafusos para melhor segurança e conforto no acesso		6	R\$ 638,95
627022	6	UNIDADE	Bomba d'água periférica elétrica de pequeno porte, para uso residencial, comercial leve ou pequenas irrigações. 2 Polos IP44 Monofásico 220V 60HZ - Potência: 1 CV; - Sucção (Entrada): 1 pol. (bsp); - Recalque (Saída): 1 pol. (bsp); - Vazão máxima: 2.400 L/h para 3 mca; - Vazão mínima: 200 L/h para 48 mca; - Motor: IP44; - Rotação: 3.500 rpm (2 Pólos); - Carcaça: Ferro fundido; - Rotor: 71 mm - Bronze; - Temperatura máxima permitida: 40°C. Condições de Fornecimento: Produto novo, original de fábrica, sem uso anterior. Embalagem original do fabricante, lacrada. Manual de instalação e operação em português. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional.		1	R\$ 522,73
365614	7	UNIDADE	Gerador de Energia a Diesel Especificações: Refrigeração- água Cilindros - 6 Cilindros Tipo do Motor - 4 Tempos Sistema de Partida - Elétrica Cilindrada - 6490 cc Rotação Máxima - 1800 RPM Capacidade mínima do tanque - 200 l Capacidade do Óleo - 18 l Potência Máxima -125 kVA Potência Nominal - 113 kVA Numero de Fases - Trifásico Tensão Principal - 220 V Frequência - 60 Hz		1	R\$ 111.670,00

221191	8	UNIDADE	Moto Serra Elétrica Eletrosserra Sabre 16 Pol 2000w Voltagem 220V Comprimento da espada 40cm Rotação (rpm):6.300/min (±10%)		1	R\$ 791,48
603330	9	UNIDADE	Trado Holandês: 0-100cm Haste Única Caçamba 20cm X 2" - Dimensões: cabo de 40 cm, 01 haste e ponteira de 20 cm e diâmetro interno da ponteira de 2" polegadas.		2	R\$ 615,00
605645	10	UNIDADE	Teodolito Eletrônico Digital – Precisão Angular de 2”, Tela LCD, com Acessórios Inclusos Leitura angular no sentido horário e anti- horário; zeragem automática; Abertura da objetiva: 45mm; Aumento: 30X; Campo de Visão: 1o 30’; Resolução: 3,5”; Foco mínimo: 1,3m.		1	R\$ 6.499,00
628000	11	UNIDADE	Medidor de pH Portátil de Bolso Faixa de 0,0 a 14,0 pH com Compensação Automática de Temperatura (ATC)		3	R\$ 426,00
263795	12	UNIDADE	Balança de Precisão Digital (3 casas) Capacidade: no mínimo 310g Resolução: 0,001g Calibração: Interno automático Tamanho da panela: Ø 110mm		4	R\$ 4.604,35
630609	13	UNIDADE	Autoclave vertical com capacidade de 30L; Modelo: analógico; Sem pedal; Controle manual de tempo e temperatura; Caldeira: vertical simples fabricada em aço inoxidável AISI 304 Pressão: máxima de trabalho 1,5kgf/cm2, correspondente a 127°C. Com válvula de segurança; Manômetro: com duas escalas de pressão de 0 a 3 kgf/cm2 e correspondência em graus centígrados de 100 a 143°C. Com registro na Anvisa.		1	R\$ 12.852,00
			Estufa bacteriológica bivolt Capacidade: 11L Potência: 350 WATTS Medidas internas: 15 X 29 X 25 CM Medidas externas: 30 X 40 X 31 Controle de temperatura digital com sistema PID e autotuning Display LED de 4 dígitos com resolução de 0,1°C; LED indicador das fases do processo; Sensor de temperatura tipo PT 100;			

422815	14	UNIDADE	Timer programável; Tempo: de 1 a 9999 minutos; Isolação térmica: lã de vidro (Roofing) em todas as laterais e na porta. Sistema de fecho tipo rolete; Vedação com perfil de silicone de alta temperatura. Adesivo do painel em policarbonato; Câmara interna com trilhos para deslocar as bandejas. Gabinete: chapa de aço SAE 1020.		1	R\$ 2.357,69
614571	15	UNIDADE	Trena a Laser Digital Visor: digital LCD Alcance: até 100 metros Precisão: ±1,5 mm Unidades: metros, pés e polegadas Alimentação: pilhas ou bateria recarregável Tela: digital com iluminação Funções: área, volume, medição indireta, contínua	2	2	R\$ 413,80
349790	16	UNIDADE	Paquímetro Digital em aço inoxidável temperado, 150 mm, resolução 0,01 mm		5	R\$ 289,00
474872	17	UNIDADE	Separador de Partículas para Análise Física de Forragens e TMR (peneiras) Medidas: 42 cm x 38 cm x 40 cm Jogo com 04 peneiras: 01 peneira com furo 19mm 01 peneira com furo 8mm 01 peneira com furo 4mm 01 fundo fechado Material: Polipropileno PP com fibra Cor: Preto Condições Gerais: Produto novo Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Deve estar de acordo com as normas técnicas nacionais ou internacionais aplicáveis à avaliação de tamanho de partículas em alimentos para animais.		2	R\$ 2.045,00
441768	18	UNIDADE	Refratômetro portátil Escala de medição: 0 a 90% BRUX Resolução: 0,5% BRUX Precisão: ±5% Dimensões: 30 x 36 x 200mm Peso: 330g ATC (Compensação Automática de Temperatura): Sim Tipo: Óptico manual Não requer energia elétrica		2	R\$ 293,58
			Analizador de Leite Faixa de medição: Gordura: 0 a 20% Extrato seco desengordurado: 3 a 15% Densidade: 1015 a 1040 kg/m³			

630153	19	UNIDADE	Proteínas: 2 a 7% Lactose: 0.01 a 6% Água adicionada: 0 a 70% Temperatura: 1 a 40°C Ponto de congelamento: -0.3 a -0.7°C Sais: 0.4 a 1.5% Exatidão: Gordura: ±0.10% Extrato seco desengordurado: ±0.1% Densidade: ±0.3kg/m³ Proteínas: ±0.1% Lactose: ±0.1% Água adicionada: ±3.0% Temperatura: ±1°C Ponto de congelamento: ±0.005°C Sais: ±0.05% Dimensões: 135 x 190 x 120 mm Peso: 1000g Volume de leite por amostra: 25 mL Temperatura de operação: 5 a 35°C Umidade de operação: 30 a 80%UR (sem condensação) Alimentação: 12VDC (acompanha adaptador externo bivolt) Acessórios: 1 CD para instalação do software 1 cabo de comunicação USB 1 adaptador AC/DC (100-240 Vac / 12Vdc - 3A) 2 cubetas para medição 1 sachê de detergente alcalino para limpeza diária 1 sachê de detergente ácido para limpeza semanal 1 manual de instruções		1	R\$ 6.552,90
418925	20	UNIDADE	CENTRÍFUGA DIGITAL 12X10ML 4000RPM COM MEMÓRIA BIVOLT DUBËSSER		1	R\$ 2.400,00
248373	21	UNIDADE	Caixa abelha completa com ninho e 2 melgueira. Material: Madeira de eucalipto in natura Dimensões aproximadamente: Altura: 60 cm; Largura: 41 cm; Comprimento: 51 cm.		2	R\$ 440,00
474783	22	UNIDADE	Kit de sondas nasofaríngeas para equinos: Material : PVC atóxico KIT com 4 sondas. Medidas Específicas: Com dimensões de 8 X 12 e 2,8 metros de comprimento, 11 X 16 e 2,8 metros de comprimento , 15 X 20 mm e 3 metros de comprimento e 17 X 22 mm e 3 metros de comprimento Bocal anatômico que permite encaixes. Extremidade aberta e lapidada não lesiva das mucosas.		2	R\$ 767,00

415169	23	UNIDADE	Estufa digital de secagem com circulação de ar: Estufa elétrica digital com timer; Capacidade: 280 Litros; Potência: 2000 Watts; 2 bandejas; Temperatura de trabalho ambiente + 5°C até 250°C; Medida Externas: 150x61x78 cm;		1	R\$ 5.530,00
631656	24	UNIDADE	Kit de ensaio para avaliação de sistemas de irrigação: conjunto de 50 coletores de precisão graduados e confeccionados em termoplástico de engenharia nas dimensões de 80mm(boca) por 102mm(altura), modelo padrão WaterControl;		1	R\$ 5.360,00
620211	25	UNIDADE	Conjunto de peças para irrigação (Kit Sistema De Gotejamento Familiar 500m2): O kit composto de: 1 Adapt Pvc Bs C/ Anel P/ Cx Dagua Fl M 32; 2 Microdrip 8 2,0l/H 0,30m 200m Occ; 1 Tubo Cego Pe 20012 - 70m; 1 Filtro Tela Plastico -1"-Tavlit -; 1 Registro Esfera Pvc Vs 1" Rosca; 50 Anel Conector Typhoon Universal- Az; 1 Escova 40mm P/ Filtro Tela; 2 Conector Dentado 20mmx3 4" Rm; 50 Conector União Dentado 8mm; 2 Te Red Pvc R 1" X 3/4"; 3 Nipel Pvc R 1"; 5 Conector União Dentado 20 X 20mm; 1 Cap Pvc R 1"; 1 Mini Furador 3,5 Mm; 4 Conector Cotovelo Dentado 20 X 20mm; 1 Fita Veda Rosca 18 X 50; 2 Conector Final 20mm.		1	R\$ 1.530,42
461228	26	UNIDADE	Balança Digital Eletrônica Peso mínimo suportado: 200 g. Peso máximo suportado: 40 kg. Largura da superfície de apoio: 30 cm. Comprimento da superfície de apoio: 35 cm. Suporta até 40kg. Display LCD. Para uso em laboratório		1	R\$ 259,99
221957	27	UNIDADE	Chocadeira com ovoscópio para no mínimo 120 OVOS 220v - Controle de Temperatura Digital e Automático. Alta Precisão de Controle Decimal em 0.1 Graus Célsius. Isolamento Térmico. Bandejas em Aço Super Resistente. Sistema de Viragem dos Ovos Automático. Aquecimento a Resistência Níquel Cromo. (Menor Consumo). Confeccionada em Madeira MDF. Revestimento Interno e Externo em PVC		1	R\$ 749,00
			kit para casqueamento de bovinos e equinos 1 Torquês Ferrador estilo Romão; 1 Torquês p/ Casco em aço cromado;			

630927	28	UNIDADE	1 Bolsa Ferrador; Kit Rinete 4 peçascontendo: 1 Rinete esquerdo, 1 Rinete direito, 1 Ranilha, 1 Lup.		1	R\$ 912,00
486536	29	UNIDADE	Veículo de passeio novo, zero km (0km), categoria "Utilitário Esportivo Compacto" ou superior; Tipo: SUV, Hyundai Creta, Nissan Kicks, Chevrolet Tracker ou similar; Cor: branca; Portas: 4 (quatro) portas de entrada para passageiro; Capacidade:5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista); Transmissão: câmbio automático; Direção: hidráulica ou elétrica, Combustível: gasolina ou bi-combustível (gasolina/álcool) Porta-malas: capacidade mínima de 370 litros; Motorização mínima:1.0 ou 1.0 turbo; Potência mínima: de 115 cavalos (na gasolina); Obs.: Com ar-condicionado, sistema de som (no mínimo rádio AM/FM) e todos os acessórios obrigatórios. Deve ser fornecido com película tipo insulfilm e possuir todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN. Objetos complementares originais de fábrica: jogo de tapetes e todo ferramental (chave de roda, macaco e triângulo). O emplacamento do veículo deverá ser de total responsabilidade da empresa vencedora, incluindo sua regularização junto ao DETRAN/AM, bem como o custeio de todas as despesas envolvidas.		1	R\$ 135.996,00
602165	30	UNIDADE	GPS Receptor GPS portátil para mapeamento agrário Visor colorido de 2,2” legível sob luz solar; Resolução de 240 x 320 pixels; 8 GB de memória interna mais um slot para cartão microSD™; Vida útil da bateria: até 25 horas no modo GPS Com 2 pilhas AA.	1	2	R\$ 2.699,00
486338	31	UNIDADE	VIOLÃO ELETROACÚSTICO Série: estudante Nº De Cordas: 6 Cordas. Cordas de nylon e orientação para destro. Modelo Cutway.		4	R\$ 725,00
353978	32	UNIDADE	Caixa de som amplificada, potência mínima de 80W RMS, Bivolt, com entrada USB. No mínimo uma entrada auxiliar e no mínimo uma entrada para		1	R\$ 914,00

			microfone/violão. Garantia Mínima de 12 meses.			
610587	33	UNIDADE	<p>Beliche para colchões de solteiro.</p> <p>Estrutura: Metálica com acabamento em pintura eletrostática.</p> <p>Montagem: Sistema de encaixe, sem uso de parafusos.</p> <p>Dimensões mínimas: 1,80 metros de comprimento e 0,80 metros de largura.</p> <p>Escada: Inclusa.</p> <p>Estrado: com espessura mínima de 10 mm.</p> <p>Características adicionais: Sem gavetas, baú ou criado mudo.</p>		10	R\$ 1.013,00
624022	34	UNIDADE	<p>Colchão de solteiro.</p> <p>Material: Espuma com densidade mínima D45, 100% poliuretano.</p> <p>Certificações: Selo de qualidade pró-espuma e ABTFC.</p> <p>Tecido de forração: Matelassê, 100% algodão</p> <p>Dimensões mínimas: 88 cm de largura x 188 cm de comprimento.</p> <p>Altura mínima: 16 cm.</p>		20	R\$ 880,74
486636	35	UNIDADE	<p>Caldeirão industrial à gás autogerador de vapor tipo americano 300 litros, confeccionada em chapa de aço inoxidável tipo 304, internamente com fundo abaulado e cantos arredondados para facilitar o escoamento e a limpeza. Construído em aço inoxidável tipo 304, tampa americana:</p> <p>Equipada com dobradiça reforçada e cabo extensor em aço inoxidável com manípulo em baquelite; Chaminés inoxidáveis para exalação; estrutura e camisa de vapor com revestimentos em primer anticorrosivo, aquecimento através de galerias especiais de queimadores multitubulares com chama piloto de segurança operacional.</p> <p>Acompanha: Válvula de escoamento, torneira giratória. válvula para nível de água da camisa, válvula de segurança, torneira para entrada de água com bica móvel para abastecimento da panela e manômetro; Pés tubulares em aço inoxidável ø1 1/2" com niveladores de altura em poliamida 6.0 (nylon). Garantia mínima: 6 meses.</p> <p>Acompanhar manual de instrução em português. Apresentar catálogo com especificações técnicas do produto ofertado.</p> <p>O equipamento deve ser entregue, montado e instalado pelo fornecedor na cozinha do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Concórdia em data e hora a combinar, sem gerar nenhum ônus ao IFC. Todos os materiais, utensílios, ferramentas e outros itens necessários para a instalação são de responsabilidade do fornecedor. Após a instalação do equipamento, a empresa vencedora deverá ministrar um curso (com profissional capacitado) para as funcionárias da cozinha, sobre o funcionamento e</p>	1		R\$ 19.705,36

			utilização correta do mesmo, com datas e horários a combinar, sem gerar nenhum ônus para o IFC.			
615725	36	UNIDADE	Forno elétrico, 10 esteiras que devem acompanhar o equipamento. Turbina liga e desliga automaticamente ao abrir e fechar a porta e controlador com teclas de programas, receitas, timer, turbina, lâmpada. Com controlador digital para programação do tempo de cozimento, temperatura e vapor. Iluminação interna resistente a altas temperaturas e choques térmicos. Isolamento térmico com lã basáltica. Com rodízios. Trifásico 380V. O equipamento deve ser acompanhado de Kit de instalação NR-12. Deve acompanhar manual de instruções em português. Garantia de 06 meses. O equipamento deve ser entregue, montado e instalado pelo fornecedor na cozinha do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Concórdia em data e hora a combinar, sem gerar nenhum ônus ao IFC. Todos os materiais, utensílios, ferramentas e outros itens necessários para a instalação são de responsabilidade do fornecedor. Após a instalação do equipamento, a empresa vencedora deverá ministrar um curso (com profissional capacitado) para as funcionárias da cozinha, sobre o funcionamento e utilização correta do mesmo, com datas e horários a combinar, sem gerar nenhum ônus para o IFC.	1		R\$ 11.454,48
486588	37	UNIDADE	Forno turbo gás GLP de 10 esteiras. Temperatura máxima: 230 °C. Capacidade de produção 250 und. de 50 g. Tensão /Voltagem 220V. CÂMARA INTERNA DE COZIMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL. Acabamento frontal em aço inox. Isolamento térmico com lã basáltica. Pannel de comando com tecla geral, turbina, vapor, lâmpada e temporizador digital. Cavalete equipado com 4 rodízios. Cavalete e estrutura externa e gabinete em aço carbono com pintura epóxi, ou aço inoxidável. Porta com visor em vidro temperado. Iluminação interna com proteção de vidro resistente a altas temperaturas e choques térmicos. Consumo: 2,8 kg/h. Dimensões total (AxLxP): 193 x 112 x 142 cm. Dimensões internas (AxLxP): 105 x 74 x 98 cm. - Peso: 315 kg. Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação. Compatível com esteiras 58x70 cm (largura x profundidade). 220 V.	1		R\$ 13.262,68
603113	38	UNIDADE	Mini Câmara fria refrigerada com 2 portas, capacidade 2.400 litros, degelo automático, refrigeração por ar forçada, controlador de temperatura digital, revestimento externo e fundo interno em aço inoxidável 304 e interno em aço galvanizado, pés reguláveis e sem prateleiras. Medidas externas	1		R\$ 15.587,79

			aproximadas: Frente: 200cm, Lateral: 90cm; Altura: 225cm. Variação de temperatura: 0 a 7 C. Voltagem 220V. Garantia de 06 meses.			
601210	39	UNIDADE	Pass-though aquecido por resistências blindadas, para conservação e estocagem de alimentos prontos para a distribuição, com 2 portas e capacidade para 24 GNs 1/1. Equipamento todo em aço inox 430, com controlador digital de temperatura, rodinhas com trava na parte inferior. Acompanhado de 12 prateleiras (grades) em aço inox, Medidas aproximadas: Frente: 710 mm, lateral: 800 mm, altura 2050 mm. Capacidade 540 litros. Voltagem 220 V.	1		R\$ 7.344,90
601211	40	UNIDADE	Pass-though refrigerado, para conservação e estocagem de alimentos prontos para a distribuição, com 2 portas, capacidade para 24 GNs 1/1. Equipamento em aço inox 430, com controlador digital de temperatura, resistências blindadas e rodinhas com trava na parte inferior. Acompanhado de 12 prateleiras (grades) em aço inox, Medidas aproximadas: Frente: 710 mm, lateral: 800 mm, altura 2050 mm. Voltagem 220 V.	1		R\$ 11.250,50
321916	41	UNIDADE	Poltrona Giratória com Base Cromada, formato arredondado.(um lugar). Peso suportado: até 115kg (mínimo). Estrutura em espuma densa D-23 no encosto e no assento. Tecido sintético Preto. Dimensões aproximadas da Poltrona: Altura total:81 cm; Largura total:69 cm; Profundidade total:60 cm; Altura do encosto: 40 cm; Largura do assento:45 cm; Profundidade do assento:45 cm Altura do chão ao assento:45 cm; Espessura do assento:15 cm; Tamanho dos pés:30 cm Altura do chão ao braço:70 cm; Altura interna do braço:28 cm; Espessura do braço: 7 cm	5		R\$ 816,90
607434	42	UNIDADE	Quadro branco profissional para sala de aula. Quadro confeccionado em mdf 9mm, sobreposto por laminado melamínico (fórmica ou pertech); acabamento da lousa profissional branca, moldura em alumínio na cor , branco com espessura da moldura: 15mm lateral e 25mm de frente; fundo com proteção anti-umidade. Medidas:300x120. Acompanha kit para instalação e suporte em alumínio para marcador e apagador (o tamanho do aparador é de acordo com o tamanho do quadro. Garantia 3 anos para defeitos de fabricação.	10		R\$ 1.225,00
			Mesa para escritório ou professor. Medidas aproximadas (largura x altura x profundidade) 75x120x70mm em mdf 25mm, cor ovo. Painel em MDFP de 25mm			

623622	43	UNIDADE	com borda de 45mm. Revestida com filme melamínico, que por efeito de prensagem a quente, faz o filme se fundir à madeira mdf, formando com ela um corpo único e inseparável. Suporta peso de no mínimo 40 kg. Com pés em formato de rodízios. Garantia mínima de 1 ano	10		R\$ 800,00
450494	44	UNIDADE	<p>SISTEMA DR PARA AQUISIÇÃO DE IMAGEM DIGITAL: Detector plano de raios-X digital com TFT de a-Si, sem fio, cintilador de Iodeto de Césio (CsI) com dimensões aproximadas entre (35 x 43) cm. Matriz ativa: pelo menos 3000 x 2500 pixels Área ativa aproximada de 350,0 x 430,0 mm Conversão A/D de 16 bits Saída de dados de 16 bits Tamanho do pixel ou distância máxima entre pixels de 140µm. Tempo para aquisição de imagem: até 2s (sem cabo). Armazenamento interno de imagens no detector: 200 imagens aproximadamente. Estrutura de magnésio e fibra de carbono para alta resistência mecânica: - Carga suportada total (uniforme): de pelo menos 400 kg - Carga suportada local (pontual): de pelo menos 200 kg - Grau de proteção: IP68 Bateria: - Tempo de operação com 300 disparos / 7,5h (típico) - Tecnologia de um minuto para Permitir a remoção e substituição da bateria sem precisar desligar. - Além da bateria integrante do detector, uma bateria extra. - Um carregador para baterias do detector Garantia mínima de um ano. Estação de trabalho: computador tipo laptop. Configuração mínima - Tela 15”, Full HD (1080 x 1920) pixels. - Processador: i7 - Memória RAM: 8GB - Armazenamento SSD: 512 GB Garantia mínima de 24 meses Software de aquisição e de tratamento de imagens totalmente em português (BR).</p> <p>Possibilita a execução de exames de emergência. Sistema de imagem: Aplicação de zoom, ajuste de brilho e contraste, ampliação e inserção de medidas lineares e angulares, função impressão. Ferramenta para junção de pelo menos três imagens. Sistema pacs integrado com 4 pontos de visualização, sem a inclusão dos computadores, incluído apenas o software e sua licença. Ferramentas de espelhamento nos sentidos vertical e horizontal. Permitir a rotação de imagens de 90 graus, para a direita e esquerda Conectividade: protocolo DICOM 3.0 para armazenamento de imagens. Inserção de dados via worklist ou teclado, possibilidade de print Garantia mínima do detector de 36 meses e da bateria do painel de no mínimo 12 meses. Serviços e garantias inclusos • Aplicação e treinamento: Na entrega do aparelho oferecer um treinamento presencial. Posteriormente, durante todo o período de garantia, o departamento técnico ficar disponível através da conexão à distância para ajustes no software do DR, ou para receber o</p>	1		R\$ 95.000,00

			equipamento, sem custo adicional (não incluir o pagamento de frete para manutenção pela empresa vendedora). • O equipamento deve ter Assistência técnica no Brasil pela empresa revendedora do detector ou por empresa credenciada pelo fabricante. Fornecer a maleta de transporte e o protetor para o detector.			
--	--	--	---	--	--	--

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da Ata de Registros de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Os itens de produtos descritos no Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, cumprir as recomendações e normas emitidas pelos órgãos ambientais, e, no que couber, os previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, bem como, observar menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais e equipamentos.

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos produtos será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.

5.2. A entrega dos produtos deverão estar devidamente acompanhadas da Nota Fiscal.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3.1 O Comunicado deverá ser encaminhamento via e-mail com justificativa fundamentada e comprovada, o qual a critério da Administração, será analisado e proferido deferimento ou não

5.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

a. Instituto Federal Catarinense – Campus Abelardo Luz

Estrada Geral - Assentamento José Maria, SN, Abelardo Luz – SC.

Telefone: (49) 3441-4890

b. Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

Rodovia SC 283, KM 17- Bairro Fragosos, CEP: 89703-720, Concórdia - SC

Telefone: (49) 3441-4800

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia consta na descrição dos itens (Garantia do Fabricante) ou, na ausência, é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

a) Moratória de 0,5% (zero, virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Compensatória de 1% a 30% sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, alíneas “a”, “b”, considerando o grau de gravidade de cada caso concreto.

c) Compensatória de 1% a 30 % sobre o valor do contrato, alíneas “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, considerando o grau de gravidade de cada caso concreto.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/10/2025.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado de acordo com a necessidade da Administração e será formalizado por intermédio de emissão de Nota de Empenho de Despesa.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. custo estimado total da contratação é de R\$R\$ 585.361,95 (quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos) , conforme custos unitários apostos na tabela constante do subitem 1.1. deste TR.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Concórdia, SC, 28 de Outubro de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Santa Catarina, Seção Judiciária de Concórdia para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90022/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Abelardo Luz, SC, de _____ de 2025.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus Abelardo Luz, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Termo de Referência

ELODIR LOURENCO DE SOUZA

Autoridade competente

Despacho: A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Termo de Referência

ALESSANDRA CARINE PORTOLAN

Autoridade competente

INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE

Estudo Técnico Preliminar 257/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23351.006747/2025-53

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado com o objetivo de atender às demandas de diversos setores e cursos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense - Campi Concórdia e Abelardo Luz.

A aquisição de novos equipamentos, máquinas e eletrodomésticos para o IFC – Campus Concórdia e Campus Abelardo Luz são de fundamental importância para a consolidação e o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na instituição. Objetiva-se com este A aquisição de novos equipamentos, máquinas e eletrodomésticos para o IFC – Campus Concórdia e Campus Abelardo Luz são de fundamental importância para a consolidação e o aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na instituição.

Objetiva-se com este pregão, a aquisição de itens com recursos extraorçamentários de Emendas Parlamentares com a finalidade de substituir alguns equipamentos do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional – SISAE do Setor de Alimentação e Nutrição e do Departamento de Ensino do Campus Concórdia que se encontram defasados ou não foram consertados em função do alto custo.

A aquisição de novos equipamentos e de um veículo para o IFC Campus Abelardo justifica-se pela necessidade de aprimorar as condições de ensino, pesquisa, extensão e gestão, garantindo maior eficiência e qualidade nos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Os equipamentos solicitados são fundamentais para a implantação dos laboratórios e manutenção das atividades de ensino, possibilitando a realização de atividades práticas atualizadas. Isso contribuirá diretamente para o desenvolvimento técnico e científico dos estudantes e docentes, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem e aumentando a competitividade dos Campi.

Com os equipamentos adequados, os Campi poderão expandir e qualificar suas ações de pesquisa e extensão, ampliando o alcance das iniciativas voltadas à comunidade local e regional. Isso fortalecerá o compromisso institucional com a inovação, sustentabilidade e desenvolvimento social.

A aquisição de um veículo é essencial para o deslocamento de servidores, estudantes e materiais em atividades internas e externas, como visitas técnicas, eventos acadêmicos, atendimentos comunitários e outras ações de extensão. A disponibilidade de transporte próprio reduz custos com locação e aumenta a autonomia do campus, possibilitando respostas mais rápidas e eficazes às demandas institucionais.

Certamente, equipamentos adequados e em pleno funcionamento contribuem para o desenvolvimento de aulas práticas mais dinâmicas e eficazes, promovendo uma aprendizagem significativa e alinhada com as competências previstas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Importante destacar, que alguns dos equipamentos atuais, especialmente do Setor de Alimentação não atendem plenamente às normas de segurança vigentes ou apresentam sinais de desgaste que comprometem a integridade física dos usuários. A renovação desses itens garante um ambiente mais seguro para estudantes e servidores.

Justificativa da adoção do Pregão Eletrônico e ainda, mediante Sistema de Registro de Preços:

A presente licitação será realizada por meio de Pregão Eletrônico tendo em vista tratar-se de aquisição de bens de natureza comum, conforme previsão da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Alcançando-se os dois objetivos primordiais de qualquer licitação, quais sejam: a seleção da proposta mais vantajosa e a garantia do princípio da isonomia.

A adoção do regime de execução empreitada por preço unitário, justifica-se, pois não se conhecem de antemão, com adequado nível de precisão, os quantitativos totais dos bens, visto que a demanda é variável por campus e está vinculada às necessidades anuais, com a disponibilização de orçamento.

Considerando que a contratação mediante Sistema de Registro de preços pode ser adotado quando for conveniente a aquisição de bens/serviços com previsão de entregas parceladas/fornecimento, o que se encaixa perfeitamente a esta licitação.

Considerando que se trata de estimativa de aquisição, sugere-se a modalidade Pregão Eletrônico por Registro de Preços, com previsão de consumo para 12 meses, ajustando-se aos recursos orçamentários, minimizando futuros imprevistos e evitando possíveis prejuízos à Administração, com uma contratação que atenda as reais necessidades, sem restar desperdícios, bem como sem causar interrupção da execução dos serviços.

Considerando que a opção pelo SRP tem como um de seus objetivos principais o princípio da economicidade, que em termos práticos significa ganhos reais na economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição/contratação poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da Administração.

Considerando ainda que se faz entender que a utilização de SRP está justificada, pois a Administração Pública está indicando o objeto que pretende adquirir/contratar e informando os quantitativos estimados e máximos pretendidos.

Ressalta-se que, diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos estimados. O SRP constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.

Ainda conforme o Decreto 11.462/2023, foi adotado o SRP de acordo com os incisos abaixo do Art. 3º do referido Decreto:

"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

(...)

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão	Fábio André Negri Balbo
Direção Geral - Campus Abelardo Luz	Elodir Lourenço de Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

As imposições estabelecidas no Edital têm como principal objetivo garantir que a Administração Pública evite a aquisição de produtos de baixa qualidade. Os critérios de certificação foram adotados com foco na saúde e segurança de alunos e servidores, contemplando aspectos como ergonomia, acabamento, identificação, estabilidade, resistência e segurança. Dessa forma, o processo licitatório visa selecionar a proposta mais vantajosa, entre as empresas devidamente qualificadas, para a celebração de contrato de interesse público. Cabe à Administração exigir qualidade em seus fornecimentos, com o intuito de evitar o desperdício de recursos públicos.

A correta gestão do erário impõe que a Administração Pública exija especificações e características mínimas de desempenho e qualidade, adequadas ao pleno atendimento do interesse público. A eficiência do administrador, no contexto das licitações, está diretamente relacionada à aquisição de produtos que, de fato, satisfaçam as necessidades administrativas com base em critérios técnicos rigorosos. Conforme ensina Márcio dos Santos Barros em seu livro *502 Comentários Sobre Licitações e Contratos Administrativos* (2ª edição, Editora NDJ, p. 296), é fundamental que a Administração incorpore novas práticas às suas compras, uma vez que, sendo o maior consumidor do país, o Estado exerce papel crucial na indução de comportamento no mercado.

É importante ressaltar que a aquisição pelo “menor preço” não exime a Administração da responsabilidade de exigir qualidade. A escolha deve ser pautada em especificações técnicas bem elaboradas, que atendam às reais necessidades da Instituição. A análise que privilegia apenas o custo, em detrimento da qualidade, pode resultar na utilização inadequada do dinheiro público. A compra de produtos de baixa qualidade ou inapropriados para as finalidades da Administração compromete sua eficiência e pode resultar em controle interno ou externo, em razão de atos de improbidade.

Esse princípio está consagrado na Lei 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas. No artigo 40, parágrafo 7º, a legislação estabelece diretrizes para o planejamento de compras, considerando a expectativa de consumo anual e observando o cumprimento de determinados princípios, como a padronização, que deve levar em conta a compatibilidade das especificações estéticas, técnicas ou de desempenho:

"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V – atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho."

Além disso, os itens adquiridos deverão ser entregues conforme a marca e o modelo ofertados no processo licitatório, garantindo o pleno cumprimento das especificações técnicas apresentadas na proposta. A entrega também deverá ser acompanhada de todas as certificações pertinentes, tais como certificação de eficiência energética, licenças do IBAMA, INMETRO, certificações ambientais, entre outras, que assegurem a conformidade dos produtos com as normas regulatórias e padrões de segurança e qualidade exigidos.

Garantia dos Produtos Adquiridos e Conformidade com o Código de Defesa do Consumidor

Todos os produtos adquiridos por meio deste processo licitatório devem atender às disposições previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), garantindo que a Administração Pública e seus usuários sejam protegidos contra eventuais falhas ou defeitos nos produtos fornecidos.

A garantia legal é obrigatória e deve ser observada por todas as empresas contratadas, abrangendo tanto a garantia de qualidade dos produtos quanto o cumprimento das especificações técnicas. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor é responsável por assegurar que o bem entregue esteja em plenas condições de uso, sem vícios de qualidade ou quantidade que possam comprometer sua funcionalidade e segurança. No caso de defeitos ou falhas identificados, o fornecedor tem o dever de reparar, substituir ou reembolsar o valor pago pelo produto, dentro do prazo legal.

A garantia contratual oferecida pelos fornecedores deve complementar a garantia legal, e o prazo de cobertura deve ser claramente estipulado no momento da contratação, conforme as normas do CDC. Adicionalmente, para produtos duráveis, é exigido que a garantia atenda ao mínimo de 90 dias, conforme previsto no artigo 26, parágrafo 1º do Código de Defesa do Consumidor, além de garantir assistência técnica em caso de defeitos que possam surgir durante o uso regular do produto.

Além disso, o fornecedor é obrigado a prestar suporte técnico adequado durante o período de garantia, e a Administração Pública deve exigir que as manutenções e substituições necessárias sejam realizadas de forma célere, minimizando impactos nas atividades institucionais.

Portanto, todas as empresas fornecedoras devem observar rigorosamente as normas de garantia previstas na legislação vigente, assegurando que a Administração Pública não seja prejudicada por produtos que não atendam aos requisitos de qualidade e durabilidade exigidos no processo licitatório.

Justificativa Assistência Técnica Brasil para o item SISTEMA DR PARA AQUISIÇÃO DE IMAGEM DIGITAL

Considerando o uso do sistema DR no ambiente hospitalar veterinário, é imprescindível que o equipamento a ser adquirido disponha de assistência técnica especializada no Brasil por motivos técnicos e operacionais. Justifica-se tal exigência pelos seguintes pontos: **Garantia de Continuidade dos Serviços Essenciais:** O sistema DR é fundamental para o diagnóstico por imagem em tempo real, essencial em atendimentos de emergência, cirurgias e acompanhamento clínico. A indisponibilidade do sistema por falhas técnicas pode comprometer diretamente o atendimento médico-veterinário e colocar em risco a saúde e bem-estar dos animais. **Complexidade Tecnológica:** Equipamentos DR envolvem integração de sensores digitais de alta sensibilidade, softwares de processamento de imagem, estações de visualização, servidores de armazenamento e calibração de imagem. A manutenção e suporte requerem conhecimento técnico específico e treinamento do fabricante ou representante autorizado. **Calibração e Qualidade da Imagem Diagnóstica:** A manutenção preventiva e calibração do sistema são essenciais para garantir a qualidade da imagem diagnóstica e evitar diagnósticos imprecisos que possam prejudicar o tratamento dos pacientes. **Redução de Custos com Paradas e Manutenções Corretivas:** A assistência técnica especializada permite a detecção precoce de falhas e a execução de manutenção preventiva, reduzindo o tempo de inatividade do equipamento e evitando custos elevados com reparos emergenciais.

5. Levantamento de Mercado

Após estudos concluímos que possuímos as seguintes soluções existentes:

a.1 - Adesão a Ata de Registro de Preços

a.2 - Participar de licitação de outros órgãos

a.3 - Dispensa de Licitação

a.4 - Instaurar procedimentos de licitação (pregão)

a.1 - Adesão a Ata de Registro de Preços

A adesão às atas de registro de preços, regulamentadas pelo Decreto 11462/2023, apresenta algumas peculiaridades que comprometem sua eficácia para atender à demanda do IFC. Um dos principais obstáculos é que, por regulamentação, não podemos aderir a atas de órgãos Estaduais ou Municipais, limitando nossas opções a atas de Órgãos Federais. Além disso, a descrição dos itens nesses Órgãos frequentemente não atende à nossa demanda específica. Estamos buscando produtos de qualidade e durabilidade para setores como laboratórios e áreas de infraestrutura. Muitos itens licitados em Órgãos Federais não correspondem exatamente ao que necessitamos, sendo oferecidos em conjuntos ou possuindo características inadequadas para nossas necessidades. A quantidade disponível para adesão também pode ser insuficiente para atender à demanda do Campus.

a.2 - Participação em Licitações de Outros Órgãos

Seguindo o raciocínio do item anterior, a probabilidade de encontrar IRPs de outros Órgãos que atendam de forma eficaz à nossa demanda é bastante baixa. A maioria das licitações em andamento envolve pacotes de produtos que não se adequam às necessidades pontuais descritas no ETP, como os equipamentos para laboratórios e infraestrutura.

a.3 - Dispensa de Licitação

Embora a Lei 14.133/2021 tenha aumentado os limites para dispensa de licitação por menor valor, o montante estimado para a aquisição dos itens ultrapassa esses limites. Além disso, o sistema ainda não contempla a possibilidade de registro de preços para esse tipo de compra, e, dado o orçamento disponível, precisaríamos registrar quantidades superiores às que o Campus pode adquirir de imediato.

a.4 - Instaurar Procedimento de Licitação (Pregão)

Diante das limitações apresentadas nos itens a.1, a.2 e a.3, a abertura de um procedimento de licitação institucional surge como a única solução viável para atender às necessidades do IFC Campus Abelardo Luz, permitindo também que outros campi possam aderir ao processo.

Os itens a serem adquiridos, como equipamentos para laboratórios e manutenção de infraestrutura, enquadram-se como bens comuns, definidos claramente neste documento e com padrões de qualidade reconhecidos no mercado. O processo de licitação já é consolidado no IFC e se mostra como a melhor alternativa para garantir a aquisição dos produtos necessários, de forma a modernizar os espaços, atender às demandas pedagógicas e administrativas, e oferecer melhores condições de infraestrutura para os alunos.

6. Descrição da solução como um todo

A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a instauração de um processo administrativo para licitação do tipo pregão eletrônico, na modalidade de registro de preços, visando à aquisição de equipamentos e mobiliário para laboratórios, setores administrativos e Setor de Alimentação e Nutrição. Esse modelo permite maior flexibilidade, possibilitando a compra conforme a demanda e a disponibilidade orçamentária ao longo do tempo. Além disso, o registro de preços garante competitividade e melhores condições de negociação, facilitando o atendimento contínuo das necessidades Campus Concórdia e Abelardo Luz.

Em termos de justificativa econômica, a contratação por meio de licitação pública na modalidade de pregão eletrônico se mostra como a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa. Não existem opções menos dispendiosas que atendam de maneira satisfatória o interesse da Administração, considerando o escopo abrangente das aquisições necessárias, que incluem equipamentos para laboratórios, infraestrutura, alimentação e outros itens essenciais para o pleno funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas das quantidades a serem eventualmente contratadas foram baseadas na necessidade de renovação e modernização do acervo patrimonial, contemplando equipamentos para laboratórios, áreas de infraestrutura, alimentação e mobiliário para alojamentos. Essa renovação se faz necessária devido ao desgaste natural dos itens atuais, muitos dos quais estão defasados ou apresentam alto custo de manutenção. Além disso, houve um extenso período sem aquisições significativas, o que tornou a substituição essencial para garantir o bom funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas.

O Departamento de Administração e Planejamento, juntamente com os demais setores envolvidos, realizou um levantamento estimativo das aquisições necessárias para o próximo período de 12 (doze) meses, que corresponde ao período máximo de vigência da Ata de Registro de Preços. Também foram consideradas situações imprevisíveis, visto que a Ata de Registro de Preços não permite a inclusão de aditivos.

As quantidades constam demonstradas no item 1.1. do termo de Referência.

CATMAT	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. CONCÓRDIA	QUANT. ABELARDO LUZ	VALOR UN. (MÁX. ACEITÁVEL)
413585	1	Nobreak: Tensão de Entrada: 220V ou bivolt; Tensão de Saída: 220V ou bivolt; Conexões de Saída: ao menos 10 tomadas NBR 14136; Garantia de ao menos 1 ano; Filtro de linha; Potência de 3KVA ou superior		1	R\$ 6.139,99
		Console de videogame de última geração, com arquitetura baseada em hardware personalizado de alto desempenho.			

473741	2	<p>Modelo: Versão Slim; Mídia: Exclusivamente digital, sem leitor de mídia física (sem unidade de disco); Armazenamento: Unidade de estado sólido (SSD) com capacidade mínima de 1 Terabyte (1TB) Resolução Suportada: Suporte a resoluções de até 4K, com possibilidade de taxa de atualização variável (VRR) e suporte a tecnologia HDR (High Dynamic Range); Processador: CPU de arquitetura x86-64 baseada em tecnologia de 8 núcleos; Placa Gráfica: GPU integrada de alto desempenho, com suporte a ray tracing (traçado de raios) em tempo real; Memória RAM: Mínimo de 16 GB GDDR6, compartilhada entre CPU e GPU. Conectividade: Wi-Fi de banda dupla (compatível com padrão 802.11ac ou superior), Bluetooth, Porta Ethernet (LAN RJ-45); Portas: USB tipo A e tipo C (mínimo de 2 portas disponíveis); Áudio: Saída de áudio 3D compatível com headsets e sistemas de som, oferecendo imersão sonora em jogos; Sistema Operacional: Próprio da plataforma, com interface otimizada para jogos, loja digital integrada e suporte a atualizações online. Compatível com feedback tátil (vibração aprimorada) e gatilhos adaptáveis; Bateria: interna recarregável via cabo USB; Alimentação: Bivolt automático (110V–240V), com cabo de alimentação incluso.</p> <p>Itens Inclusos: Console de videogame edição digital com SSD 1TB; 1 controle sem fio; Cabos necessários para funcionamento (alimentação e HDMI); Manual do usuário em português; Códigos ou acesso para download de 2 jogos digitais.</p> <p>Observações Adicionais: O equipamento deve ser novo, original de fábrica, sem uso anterior e estar lacrado em sua embalagem original; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, fornecida pelo fabricante ou distribuidor autorizado; Assistência técnica autorizada no território nacional;</p>	1	R\$ 3.999,00
366163	3	<p>Caixa De Som Bluetooth Bivolt Preto Padrão de Cobertura Acústica (Nominal) 100° x 60° Resposta de Frequência Hz (±3 dB) 59 - 16,500 SPL Máximo (Pico dB) 129 Potência de Saída (W RMS) 350</p>	1	R\$ 4.599,00
611972	4	<p>Buffet Refrigerado 6 Cubas Alimentação: 220 V (monofásico) - Corrente: 1,39 A - Grau de proteção: IPX1 - Sistema de refrigeração: gás R134a (carga de 0,160 kg) - Capacidade: 6 cubas GN 1/2 em inox (padrão gastronorm, com opção de 1/1) - Tampas das cubas: em aço inox - Cobertura: vidro curvo inteiro 4 mm - Estrutura: corpo em aço inox 430</p>	1	R\$ 4.094,35

		<ul style="list-style-type: none"> - Pés: cromados, sem solda na base - Rodízios: com trava Medidas Aproximadas: <ul style="list-style-type: none"> - Altura: 135,5 cm - Largura: 60,9 cm - Profundidade: 108 cm - Peso: 53,73 kg 			
620146	5	Armário Organizador para Celulares com nichos Estrutura 100% em Aço Galvanizado- Pintura e tripla proteção contra oxidação para maior durabilidade. <ul style="list-style-type: none"> - Portas com visor em acrílico para facilitar a visualização dos aparelhos - Nichos em EVA - Dimensão Aproximada do armário (cm): 40L x 39A x 18P - Fechadura com chaves, acompanha 2 chaves - Fixação na parede com buchas e parafusos para melhor segurança e conforto no acesso 		6	R\$ 638,95
627022	6	Bomba d'água periférica elétrica de pequeno porte, para uso residencial, comercial leve ou pequenas irrigações. 2 Polos IP44 Monofásico 220V 60HZ <ul style="list-style-type: none"> - Potência: 1 CV; - Sucção (Entrada): 1 pol. (bsp); - Recalque (Saída): 1 pol. (bsp); - Vazão máxima: 2.400 L/h para 3 mca; - Vazão mínima: 200 L/h para 48 mca; - Motor: IP44; - Rotação: 3.500 rpm (2 Pólos); - Carcaça: Ferro fundido; - Rotor: 71 mm - Bronze; - Temperatura máxima permitida: 40°C. Condições de Fornecimento: Produto novo, original de fábrica, sem uso anterior. Embalagem original do fabricante, lacrada. Manual de instalação e operação em português. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada no território nacional.		1	R\$ 522,73
365614	7	Gerador de Energia a Diesel Especificações: Refrigeração- água Cilindros - 6 Cilindros Tipo do Motor - 4 Tempos Sistema de Partida - Elétrica Cilindrada - 6490 cc Rotação Máxima - 1800 RPM Capacidade mínima do tanque - 200 l Capacidade do Óleo - 18 l Potência Máxima -125 kVA Potência Nominal - 113 kVA Numero de Fases - Trifásico Tensão Principal - 220 V Frequência - 60 Hz		1	R\$ 111.670,00
		Moto Serra Elétrica Eletrosserra Sabre 16 Pol 2000w			

221191	8	Voltagem 220V Comprimento da espada 40cm Rotação (rpm):6.300/min (±10%)		1	R\$ 791,48
603330	9	Trado Holandês: 0-100cm Haste Única Caçamba 20cm X 2" - Dimensões: cabo de 40 cm, 01 haste e ponteira de 20 cm e diâmetro interno da ponteira de 2" polegadas.		2	R\$ 615,00
605645	10	Teodolito Eletrônico Digital – Precisão Angular de 2", Tela LCD, com Acessórios Inclusos Leitura angular no sentido horário e anti-horário; zeragem automática; Abertura da objetiva: 45mm; Aumento: 30X; Campo de Visão: 1o 30'; Resolução: 3,5"; Foco mínimo: 1,3m.		1	R\$ 6.499,00
628000	11	Medidor de pH Portátil de Bolso Faixa de 0,0 a 14,0 pH com Compensação Automática de Temperatura (ATC)		3	R\$ 426,00
263795	12	Balança de Precisão Digital (3 casas) Capacidade: no mínimo 310g Resolução: 0,001g Calibração: Interno automático Tamanho da panela: Ø 110mm		4	R\$ 4.604,35
630609	13	Autoclave vertical com capacidade de 30L; Modelo: analógico; Sem pedal; Controle manual de tempo e temperatura; Caldeira: vertical simples fabricada em aço inoxidável AISI 304 Pressão: máxima de trabalho 1,5kgf/cm2, correspondente a 127°C. Com válvula de segurança; Manômetro: com duas escalas de pressão de 0 a 3 kgf /cm2 e correspondência em graus centígrados de 100 a 143°C. Com registro na Anvisa.		1	R\$ 12.852,00
422815	14	Estufa bacteriológica bivolt Capacidade: 11L Potência: 350 WATTS Medidas internas: 15 X 29 X 25 CM Medidas externas: 30 X 40 X 31 Controle de temperatura digital com sistema PID e autotuning Display LED de 4 dígitos com resolução de 0,1°C; LED indicador das fases do processo; Sensor de temperatura tipo PT 100; Timer programável; Tempo: de 1 a 9999 minutos; Isolação térmica: lã de vidro (Roofing) em todas as laterais e na porta. Sistema de fecho tipo rolete; Vedação com perfil de silicone de alta temperatura. Adesivo do painel em policarbonato;		1	R\$ 2.357,69

		Câmara interna com trilhos para deslocar as bandejas. Gabinete: chapa de aço SAE 1020.			
614571	15	Trena a Laser Digital Visor: digital LCD Alcance: até 100 metros Precisão: $\pm 1,5$ mm Unidades: metros, pés e polegadas Alimentação: pilhas ou bateria recarregável Tela: digital com iluminação Funções: área, volume, medição indireta, contínua	2	2	R\$ 413,80
349790	16	Paquímetro Digital em aço inoxidável temperado, 150 mm, resolução 0,01 mm		5	R\$ 289,00
474872	17	Separador de Partículas para Análise Física de Forragens e TMR (peneiras) Medidas: 42 cm x 38 cm x 40 cm Jogo com 04 peneiras: 01 peneira com furo 19mm 01 peneira com furo 8mm 01 peneira com furo 4mm 01 fundo fechado Material: Polipropileno PP com fibra Cor: Preto Condições Gerais: Produto novo Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Deve estar de acordo com as normas técnicas nacionais ou internacionais aplicáveis à avaliação de tamanho de partículas em alimentos para animais.		2	R\$ 2.045,00
441768	18	Refratômetro portátil Escala de medição: 0 a 90% BRIX Resolução: 0,5% BRIX Precisão: $\pm 5\%$ Dimensões: 30 x 36 x 200mm Peso: 330g ATC (Compensação Automática de Temperatura): Sim Tipo: Óptico manual Não requer energia elétrica		2	R\$ 293,58
		Analizador de Leite Faixa de medição: Gordura: 0 a 20% Extrato seco desengordurado: 3 a 15% Densidade: 1015 a 1040 kg/m ³ Proteínas: 2 a 7% Lactose: 0.01 a 6% Água adicionada: 0 a 70% Temperatura: 1 a 40°C Ponto de congelamento: -0.3 a -0.7°C Sais: 0.4 a 1.5% Exatidão: Gordura: $\pm 0.10\%$ Extrato seco desengordurado: $\pm 0.1\%$ Densidade: $\pm 0.3\text{kg/m}^3$ Proteínas: $\pm 0.1\%$			

630153	19	<p>Lactose: $\pm 0.1\%$ Água adicionada: $\pm 3.0\%$ Temperatura: $\pm 1^\circ\text{C}$ Ponto de congelamento: $\pm 0.005^\circ\text{C}$ Sais: $\pm 0.05\%$</p> <p>Dimensões: 135 x 190 x 120 mm Peso: 1000g Volume de leite por amostra: 25 mL Temperatura de operação: 5 a 35°C Umidade de operação: 30 a 80%UR (sem condensação) Alimentação: 12VDC (acompanha adaptador externo bivolt)</p> <p>Acessórios: 1 CD para instalação do software 1 cabo de comunicação USB 1 adaptador AC/DC (100-240 Vac / 12Vdc - 3A) 2 cubetas para medição 1 sachê de detergente alcalino para limpeza diária 1 sachê de detergente ácido para limpeza semanal 1 manual de instruções</p>		1	R\$ 6.552,90
418925	20	CENTRÍFUGA DIGITAL 12X10ML 4000RPM COM MEMÓRIA BIVOLT DUBËSSER		1	R\$ 2.400,00
248373	21	Caixa abelha completa com ninho e 2 melgueira. Material: Madeira de eucalipto in natura Dimensões aproximadamente: Altura: 60 cm; Largura: 41 cm; Comprimento: 51 cm.		2	R\$ 440,00
474783	22	Kit de sondas nasofaríngeas para equinos: Material : PVC atóxico KIT com 4 sondas. Medidas Específicas: Com dimensões de 8 X 12 e 2,8 metros de comprimento, 11 X 16 e 2,8 metros de comprimento , 15 X 20 mm e 3 metros de comprimento e 17 X 22 mm e 3 metros de comprimento Bocal anatômico que permite encaixes. Extremidade aberta e lapidada não lesiva das mucosas.		2	R\$ 767,00
415169	23	Estufa digital de secagem com circulação de ar: Estufa elétrica digital com timer; Capacidade: 280 Litros; Potência: 2000 Watts; 2 bandejas; Temperatura de trabalho ambiente + 5°C até 250°C ; Medida Externas: 150x61x78 cm;		1	R\$ 5.530,00
631656	24	Kit de ensaio para avaliação de sistemas de irrigação: conjunto de 50 coletores de precisão graduados e confeccionadas em termoplástico de engenharia nas dimensões de 80mm(boca) por 102mm(altura), modelo padrão WaterControl;		1	R\$ 5.360,00
		Conjunto de peças para irrigação (Kit Sistema De Gotejamento Familiar 500m2): O kit composto de: 1 Adapt Pvc Bs C/ Anel P/ Cx Dagua Fl M 32; 2 Microdrip 8 2,0l/H 0,30m 200m Occ; 1 Tubo Cego Pe 20012 - 70m; 1 Filtro Tela Plastico -1"-Tavlit -; 1 Registro Esfera Pvc Vs 1" Rosca; 50 Anel			

620211	25	Conector Typhoon Universal- Az; 1 Escova 40mm P/ Filtro Tela; 2 Conector Dentado 20mmx3 4" Rm; 50 Conector União Dentado 8mm; 2 Te Red Pvc R 1" X 3 /4"; 3 Nipel Pvc R 1"; 5 Conector União Dentado 20 X 20mm; 1 Cap Pvc R 1"; 1 Mini Furador 3,5 Mm; 4 Conector Cotovelo Dentado 20 X 20mm; 1 Fita Veda Rosca 18 X 50; 2 Conector Final 20mm.		1	R\$ 1.530,42
461228	26	Balança Digital Eletrônica Peso mínimo suportado: 200 g. Peso máximo suportado: 40 kg. Largura da superfície de apoio: 30 cm. Comprimento da superfície de apoio: 35 cm. Suporta até 40kg. Display LCD. Para uso em laboratório		1	R\$ 259,99
221957	27	Chocadeira com ovoscópio para no mínimo 120 OVOS 220v - Controle de Temperatura Digital e Automático. Alta Precisão de Controle Decimal em 0.1 Graus Célsius. Isolamento Térmico. Bandejas em Aço Super Resistente. Sistema de Viragem dos Ovos Automático. Aquecimento a Resistência Níquel Cromo. (Menor Consumo). Confeccionada em Madeira MDF. Revestimento Interno e Externo em PVC		1	R\$ 749,00
630927	28	kit para casqueamento de bovinos e equinos 1 Torquês Ferrador estilo Romão; 1 Torquês p/ Casco em aço cromado; 1 Bolsa Ferrador; Kit Rinete 4 peçascontendo: 1 Rinete esquerdo, 1 Rinete direito, 1 Ranilha, 1 Lup.		1	R\$ 912,00
486536	29	Veículo de passeio novo, zero km (0km), categoria "Utilitário Esportivo Compacto" ou superior; Tipo: SUV, Hyundai Creta, Nissan Kicks, Chevrolet Tracker ou similar; Cor: branca; Portas: 4 (quatro) portas de entrada para passageiro; Capacidade:5 (cinco) passageiros (incluindo o motorista); Transmissão: câmbio automático; Direção: hidráulica ou elétrica, Combustível: gasolina ou bi-combustível (gasolina /álcool) Porta-malas: capacidade mínima de 370 litros; Motorização mínima:1.0 ou 1.0 turbo; Potência mínima: de 115 cavalos (na gasolina); Obs.: Com ar-condicionado, sistema de som (no mínimo rádio AM/FM) e todos os acessórios obrigatórios. Deve ser fornecido com película tipo insulfilm e possuir todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN. Objetos complementares originais de fábrica: jogo de tapetes e todo ferramental (chave de roda, macaco e triângulo).		1	R\$ 135.996,00

		O emplacamento do veículo deverá ser de total responsabilidade da empresa vencedora, incluindo sua regularização junto ao DETRAN/AM, bem como o custeio de todas as despesas envolvidas.			
602165	30	GPS Receptor GPS portátil para mapeamento agrário Visor colorido de 2,2" legível sob luz solar; Resolução de 240 x 320 pixels; 8 GB de memória interna mais um slot para cartão microSD™; Vida útil da bateria: até 25 horas no modo GPS Com 2 pilhas AA.	1	2	R\$ 2.699,00
486338	31	VIOLÃO ELETROACÚSTICO Série: estudante Nº De Cordas: 6 Cordas. Cordas de nylon e orientação para destro. Modelo Cutway.		4	R\$ 725,00
353978	32	Caixa de som amplificada, potência mínima de 80W RMS, Bivolt, com entrada USB. No mínimo uma entrada auxiliar e no mínimo uma entrada para microfone/violão. Garantia Mínima de 12 meses.		1	R\$ 914,00
610587	33	Beliche para colchões de solteiro. Estrutura: Metálica com acabamento em pintura eletrostática. Montagem: Sistema de encaixe, sem uso de parafusos. Dimensões mínimas: 1,80 metros de comprimento e 0,80 metros de largura. Escada: Inclusa. Estrado: com espessura mínima de 10 mm. Características adicionais: Sem gavetas, baú ou criado mudo.		10	R\$ 1.013,00
624022	34	Colchão de solteiro. Material: Espuma com densidade mínima D45, 100% poliuretano. Certificações: Selo de qualidade pró-espuma e ABTFC. Tecido de forração: Matelassê, 100% algodão Dimensões mínimas: 88 cm de largura x 188 cm de comprimento. Altura mínima: 16 cm.		20	R\$ 880,74
627334	35	Aquecedor à gás (GLP) com sistema de exaustão forçada e controle eletrônico digital. O equipamento deve ter programação de temperatura e modulação automática da chama. Sistemas de segurança integrado; display touch; Vazão de água com temperatura: 45 litros /minuto. Classificação energética INMETRO: A. Dimensões aproximadas AxLxP (mm) 565 x 370 x 240. Bivolt automático. O equipamento deve ser entregue e instalado no Instituto Federal Catarinense Campus Concórdia no local indicado. Todos os acessórios e ferramentas necessárias para a instalação fica a cargo da empresa contratada. Garantia de 36 meses.	1		R\$ 11.073,39
		Forno elétrico, 10 esteiras que devem acompanhar o equipamento. Turbina liga e desliga automaticamente ao abrir e fechar a porta e controlador com teclas de			

615725	37	programas, receitas, timer, turbina, lâmpada. Com controlador digital para programação do tempo de cozimento, temperatura e vapor. Iluminação interna resistente a altas temperaturas e choques térmicos. Isolamento térmico com lã basáltica. Com rodízios. Trifásico 380V. O equipamento deve ser acompanhado de Kit de instalação NR-12. Deve acompanhar manual de instruções em português. Garantia de 06 meses. O equipamento deve ser entregue, montado e instalado pelo fornecedor na cozinha do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Concórdia em data e hora a combinar, sem gerar nenhum ônus ao IFC. Todos os materiais, utensílios, ferramentas e outros itens necessários para a instalação são de responsabilidade do fornecedor. Após a instalação do equipamento, a empresa vencedora deverá ministrar um curso (com profissional capacitado) para as funcionárias da cozinha, sobre o funcionamento e utilização correta do mesmo, com datas e horários a combinar, sem gerar nenhum ônus para o IFC.	1		R\$ 11.454,48
486588	38	Forno turbo gás GLP de 10 esteiras. Temperatura máxima: 230 °C. Capacidade de produção 250 und. de 50 g. Tensão/Voltagem 220V. CÂMARA INTERNA DE COZIMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL. Acabamento frontal em aço inox. Isolamento térmico com lã basáltica. Pannel de comando com tecla geral, turbina, vapor, lâmpada e temporizador digital. Cavalete equipado com 4 rodízios. Cavalete e estrutura externa e gabinete em aço carbono com pintura epóxi, ou aço inoxidável. Porta com visor em vidro temperado. Iluminação interna com proteção de vidro resistente a altas temperaturas e choques térmicos. Consumo: 2,8 kg /h. Dimensões total (AxLxP): 193 x 112 x 142 cm. Dimensões internas (AxLxP): 105 x 74 x 98 cm. - Peso: 315 kg. Garantia de 12 meses contra defeitos de fabricação. Compatível com esteiras 58x70 cm (largura x profundidade). 220 V.	1		R\$ 13.262,68
603113	39	Mini Câmara fria refrigerada com 2 portas, capacidade 2.400 litros, degelo automático, refrigeração por ar forçada, controlador de temperatura digital, revestimento externo e fundo interno em aço inoxidável 304 e interno em aço galvanizado, pés reguláveis e sem prateleiras. Medidas externas aproximadas: Frente: 200cm, Lateral: 90cm; Altura: 225cm. Variação de temperatura: 0 a 7 C. Voltagem 220V. Garantia de 06 meses.	1		R\$ 15.587,79
601210	40	Pass-through aquecido por resistências blindadas, para conservação e estocagem de alimentos prontos para a distribuição, com 2 portas e capacidade para 24 GNs 1 /1. Equipamento todo em aço inox 430, com controlador digital de temperatura, rodinhas com trava na parte inferior. Acompanhado de 12 prateleiras (grades) em aço inox, Medidas aproximadas: Frente: 710 mm, lateral: 800 mm, altura 2050 mm. Capacidade 540 litros. Voltagem 220 V.	1		R\$ 7.344,90
		Pass-through refrigerado, para conservação e estocagem de alimentos prontos para a distribuição, com 2 portas, capacidade para 24 GNs 1/1. Equipamento em aço inox 430, com controlador digital de temperatura, resistências			

601211	41	brindadas e rodinhas com trava na parte inferior. Acompanhado de 12 prateleiras (grades) em aço inox, Medidas aproximadas: Frente: 710 mm, lateral: 800 mm, altura 2050 mm. Voltagem 220 V.	1		R\$ 11.250,50
321916	42	Poltrona Giratória com Base Cromada, formato arredondado.(um lugar). Peso suportado: até 115kg (mínimo). Estrutura em espuma densa D-23 no encosto e no assento. Tecido sintético Preto. Dimensões aproximadas da Poltrona: Altura total:81 cm; Largura total:69 cm; Profundidade total:60 cm; Altura do encosto:40 cm; Largura do assento:45 cm; Profundidade do assento:45 cm Altura do chão ao assento:45 cm; Espessura do assento: 15 cm; Tamanho dos pés:30 cm Altura do chão ao braço:70 cm; Altura interna do braço: 28 cm; Espessura do braço:7 cm	5		R\$ 816,90
607434	43	Quadro branco profissional para sala de aula. Quadro confeccionado em mdf 9mm, sobreposto por laminado melamínico (fórmica ou pertech); acabamento da lousa profissional branca, moldura em alumínio na cor , branco com espessura da moldura: 15mm lateral e 25mm de frente; fundo com proteção anti-umidade. Medidas:300x120. Acompanha kit para instalação e suporte em alumínio para marcador e apagador (o tamanho do aparador é de acordo com o tamanho do quadro. Garantia 3 anos para defeitos de fabricação.	10		R\$ 1.225,00
623622	44	Mesa para escritório ou professor. Medidas aproximadas (largura x altura x profundidade) 75x120x70mm em mdf 25mm, cor ovo. Pannel em MDFP de 25mm com broda de 45mm. Revestida com filme melamínico, que por efeito de prensagem a quente, faz o filme se fundir à madeira mdf, formando com ela um corpo único e inseparável. Suporta peso de no mínimo 40 kg. Com pés em formato de rodízios. Garantia mínima de 1 ano	10		R\$ 800,00

						SISTEMA DR PARA AQUISIÇÃO DE IMAGEM DIGITAL: Detector plano de raios-X digital com TFT
--	--	--	--	--	--	---

450494	45	<p>de a-Si, sem fio, cintilador de Iodeto de Césio (CsI) com dimensões aproximadas entre (35 x 43) cm. Matriz ativa: pelo menos 3000 x 2500 pixels Área ativa aproximada de 350,0 x 430,0 mm Conversão A/D de 16 bits Saída de dados de 16 bits Tamanho do pixel ou distância máxima entre pixels de 140µm. Tempo para aquisição de imagem: até 2s (sem cabo).</p> <p>Armazenamento interno de imagens no detector: 200 imagens aproximadamente. Estrutura de magnésio e fibra de carbono para alta resistência mecânica: - Carga suportada total (uniforme): de pelo menos 400 kg - Carga suportada local (pontual): de pelo menos 200 kg - Grau de proteção: IP68 Bateria: - Tempo de operação com 300 disparos / 7,5h (típico) - Tecnologia de um minuto para Permitir a remoção e substituição da bateria sem precisar desligar. - Além da bateria integrante do detector, uma bateria extra. - Um carregador para baterias do detector Garantia mínima de um ano. Estação de trabalho: computador tipo laptop. Configuração mínima - Tela 15", Full HD (1080 x 1920) pixels. - Processador: i7 - Memória RAM: 8GB - Armazenamento SSD: 512 GB Garantia mínima de 24 meses Software de aquisição e de tratamento de imagens totalmente em português (BR). Possibilita a execução de exames de emergência. Sistema de imagem: Aplicação de zoom, ajuste de brilho e contraste, ampliação e inserção de medidas lineares e angulares, função impressão. Ferramenta para junção de pelo menos três imagens. Sistema pacs integrado com 4 pontos de visualização, sem a inclusão dos computadores, incluído apenas o software e sua licença. Ferramentas de espelhamento nos sentidos vertical e horizontal. Permitir a rotação de imagens de 90 graus, para a direita e esquerda Conectividade: protocolo DICOM 3.0 para armazenamento de imagens. Inserção de dados via worklist ou teclado, possibilidade de print Garantia mínima do detector de 36 meses e da bateria do painel de no mínimo 12 meses. Serviços e garantias inclusos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Aplicação e treinamento: Na entrega do aparelho oferecer um treinamento presencial. Posteriormente, durante todo o período de garantia, o departamento técnico ficar disponível através da conexão à distância para ajustes no software do DR, ou para receber o equipamento, sem custo adicional (não incluir o pagamento de frete para manutenção pela empresa vendedora). ● O equipamento deve ter Assistência técnica no Brasil pela empresa revendedora do detector ou por empresa credenciada pelo fabricante, . Fornecer a maleta de transporte e o protetor para o detector. 	1	R\$ 95.000,00
--------	----	---	---	---------------

--	--	--	--	--	--

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 585.361,95

Os valores dos itens a serem contratados serão definidos a partir de ampla pesquisa de preços, de acordo com as orientações da IN 65/2021

O Valor estimado da aquisição/contratação é de R\$ 585.361,95 (quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos), conforme detalhado no Mapa de Formação de Preços juntado aos autos do Processo.

A busca por orçamentos ocorreu principalmente em sites especializados, visto que a pesquisa de preços pelo comprasnet, pela ferramenta de pesquisa disponibilizada pelo sistema, não foi possível encontrar os itens que atendam plenamente a nossa demanda /descrição. Conforme já mencionado a descrição dos itens nesses Órgãos frequentemente não atende à nossa demanda específica. Estamos buscando produtos de qualidade e durabilidade para setores como laboratórios, áreas de infraestrutura, alimentação e ensino. Muitos itens licitados em Órgãos Federais não correspondem exatamente ao que necessitamos, sendo oferecidos em conjuntos ou possuindo características inadequadas para nossas necessidades.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em consonância com os princípios constitucionais da economicidade e da eficiência, e considerando que a prática de mercado frequentemente oferece maiores descontos conforme aumenta a quantidade de itens solicitados, as aquisições dos itens deverão ser realizadas por item de produto, o que torna o parcelamento da solução viável. Nesse contexto, os itens são distintos e podem ser adquiridos de maneira parcelada, conforme a necessidade da Administração.

Além disso, na licitação por itens, o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, o que aumenta a competitividade do certame. Isso possibilita a participação de vários fornecedores especializados em diferentes produtos. A utilização dos materiais, por sua vez, está diretamente relacionada à demanda analítica, que pode variar ao longo do ano. Dessa forma, o parcelamento da entrega dos bens se impõe como uma medida essencial para mitigar o risco de formação de grandes estoques e desperdício de produtos.

A qualquer momento, durante o período de vigência das Atas de Registro de Preços, a entrega dos materiais poderá ser solicitada conforme a necessidade, respeitando-se as quantidades mínimas e máximas indicadas. Esse modelo também facilita o dimensionamento e a elaboração de propostas pelos fornecedores, uma vez que os quantitativos de compra serão feitos por pedido, emitido pelos requisitantes de cada campus, conforme seus respectivos cronogramas de entrega.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação está ligada aos seguintes objetivos estratégicos do Planejamento estratégico do IFC 2024/2028:

Objetivo 1 Proporcionar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas à superação das desigualdades

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação para a aquisição dos equipamentos e materiais solicitados trará uma série de benefícios diretos e indiretos para as diversas áreas da instituição. Entre os principais benefícios, destacam-se:

1. **Melhoria da qualidade do ensino:** Os equipamentos destinados aos laboratórios de cursos diversos proporcionarão condições ideais para a realização de aulas práticas, aumentando a qualidade da formação dos alunos e permitindo que eles desenvolvam habilidades técnicas essenciais ao mercado de trabalho.
2. **Apoio à infraestrutura:** A aquisição de equipamentos para as áreas de infraestrutura garantirá a manutenção preventiva e corretiva das instalações do campus, prolongando a vida útil de equipamentos e estruturas e assegurando ambientes adequados para o ensino e o trabalho.
3. **Qualidade nutricional:** Com a aquisição dos itens para o Setor de Alimentação e Nutrição (SAN), será possível garantir um ambiente mais adequado para o preparo de refeições, promovendo uma alimentação balanceada para estudantes e servidores, contribuindo para seu bem-estar e desempenho acadêmico.
4. **Otimização dos recursos financeiros:** A pesquisa de preços realizada permitiu a obtenção de condições comerciais vantajosas, o que assegura uma compra eficiente e dentro dos limites orçamentários da instituição, gerando economia de recursos que poderão ser destinados a outras necessidades prioritárias.
5. **Sustentabilidade e modernização:** A contratação de equipamentos atualizados contribui para a sustentabilidade das operações da instituição, minimizando desperdícios de recursos e melhorando a eficiência energética, além de promover a modernização dos espaços de ensino e trabalho.

Esses benefícios somam-se à melhoria da experiência acadêmica e institucional, impactando diretamente o desempenho dos alunos e a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

13. Providências a serem Adotadas

Nenhuma providência necessária.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição e utilização dos equipamentos propostos no ETP pode gerar impactos ambientais, que incluem:

1. **Geração de resíduos eletrônicos:** O descarte inadequado de componentes eletrônicos pode resultar em contaminação do solo e da água. É crucial implementar um plano de descarte sustentável.
2. **Aumento no consumo de energia:** A utilização de novos equipamentos pode elevar o consumo de energia elétrica. A escolha de modelos com eficiência energética pode mitigar esse impacto e reduzir custos operacionais.
3. **Resíduos sólidos:** A instalação de novos equipamentos pode gerar resíduos, como embalagens e sobras de materiais. Adoção de práticas de reciclagem e descarte seletivo é recomendada.

Medidas Mitigadoras:

- Descarte responsável de resíduos eletrônicos.
- Aquisição de equipamentos eficientes em termos de energia.
- Implementação de programas de gestão de resíduos sólidos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o exposto neste Estudo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO MARCOS CECCONELLO

Coord. do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional

TIAGO DOS SANTOS GONCALVES

Coordenador do Curso de Engenharia de Alimentos

MATHEUS PEDROTTI DE CESARO

Coord. Curso de Medicina Veterinária

ANA LUCIA RIBEIRO ESTEVES

Coord. Administração do Campus Abelardo Luz

Despacho: A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus Abelardo Luz, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Estudo Técnico Preliminar

ELODIR LOURENCO DE SOUZA

Autoridade competente

Despacho: A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Estudo Técnico Preliminar

ALESSANDRA CARINE PORTOLAN

Autoridade competente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS CONCÓRDIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS CONCÓRDIA, com sede na Rodovia SC 283, km 17, Bairro Fragosos, Concórdia, SC, CEP 89.703-720, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.635.424/0005-00, neste ato representado pela sua Diretora Geral, Alessandra Carine Portolan, nomeada pela Portaria nº 164 de 26 de janeiro de 2024, publicada no D.O.U. de 29 de janeiro de 2024, portador da matrícula funcional nº XX456X3, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90097/2025, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23351.006747/2025-53, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de equipamentos, para uso diversos, para atender as necessidades do IFC Campi Concórdia e Abelardo Luz, especificados no Apêndice I do Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 90097/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.3. A quantidade é prevista para aquisição em até 12 meses (vigência inicial da Ata SRP). Em havendo prorrogação do prazo, os quantitativos serão definidos com o respectivo fornecedor do item.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia**, localizado à ROD. SC 283 – KM 17 – S/Nº - FRAGOSOS – CEP 89703-720- CONCÓRDIA/SC, Telefone: (49) 3441-4800

3.2. Órgãos participantes:

3.2.1. Instituto Federal Catarinense – Campus Abelardo Luz

Assentamento José Maria, Estrada da Produção KM 25, Interior, s/n, Centro. CEP: 89830-000, Abelardo Luz/SC.

Telefone: (47) 3331-7880

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os

participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de

vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (DUAS) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
[EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

Razão Social: _____
CNPJ _____
Endereço _____
Fone/Fax _____ e-mail _____
Banco, a Agência e número da Conta Corrente: _____

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UN	PREÇO TOTAL
TOTAL					

Declaramos que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a partir da entrega definitiva da proposta, nos termos do edital.

Declaramos que os preços apresentados são absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos, diretos ou indiretos inerentes ao objeto, como salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, dentre outros, nos termos do edital.

DATA: ____ / ____ /2025.

ASSINATURA/ CARIMBO EMPRESA